

## **ATA Nº 006/2021**

Ata de reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário- FUPEN - Realizada no dia 04 (quatro) de fevereiro de 2021.

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 10:00h (dez horas), foi realizada a reunião do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário - FUPEN, sob a Presidência do Conselheiro Cristiano Barreto Guimarães, membro nato e Secretário de Justiça e de Defesa ao Consumidor, e os demais membros deste Conselho, a saber: Hélio Matheus de Oliveira Santos, substituto legal de Agenildo Machado de Freitas Júnior, membro nato e Diretor do Departamento do Sistema Penitenciário - DESIPE, , Andréa Fernanda Andrade, membro nato e Diretora da Escola de Gestão Penitenciária - EGESP, Luiz Fernando D'Ávila Silveira Júnior, representante do governo e Diretor do DAF, Genaldo Freitas Lima, representante do governo e Coordenador Pedagógico do Sistema Prisional e Reinaldo José Chaves Silva, Consultor Técnico I e convidado do grupo que elabora o Plano de Trabalho. Registre-se a presença de Anízio Torres e Daves Vieira, do setor de TI desta Secretaria. O presidente informou a pauta da presente reunião que seria: leitura e deliberação da ata anterior, deliberação sobre a compra de carabinas e espingardas e o que ocorrer:

1. O Presidente após as saudações de praxe, deu a ciência aos demais sobre o recebimento do Ofício 127/2021-DEPEN que analisa os termos aditivos referentes a obra de construção da unidade de regime semiaberto de Areia Branca, onde o Departamento apresenta reanálise dos aditivos do pleito encaminhado através do Ofício Externo nº 5090/2020-SEJUC para construção da unidade de regime Semiaberto de Areia Branca, objeto do fundo a fundo do ano de 2016. Anexado ao presente ofício, foi encaminhado também a nota técnica nº 38/2020 onde em seu relatório apresenta algumas desconformidades em pontos da planilha orçamentária. Por se tratar de itens técnicos, vamos encaminhar o relatório para a CEHOP para que possa fazer essas adequações ou justificar o motivo pela impossibilidade de fazê-las.
2. Voltando a pauta que discute a renovação ou não do software de saúde, o presidente disse que precisa estar convencido de que a renovação é útil e viável. Em razão disso, solicitou a presença de Anízio Torres para informações técnicas. O presidente perguntou se é viável a obtenção de algo idêntico, similar ou que supra as nossas necessidades com um custo menor.
3. Anízio disse que a ferramenta é uma boa solução e o que pode esta faltando é a mão de obra qualificada para

alimentação correta. Disse ainda que não há muitas opções no mercado que substitua, pois as peculiaridades da área de saúde não é uma solução simples e que para ser desenvolvido tem que ter um conhecimento prévio, aprofundado. Tem que possuir uma estrutura adequada para o desenvolvimento dessa aplicação, análises e estudos. Disse ainda que pesquisou a respeito e constatou que o estado não tem uma solução, tendo em vista que é regulador, não tem atenção básica. O município de Aracaju usa uma solução terceirizada e que não são baratas. Disse também que para desenvolver algo para substituir o atual software, com a mão de obra existente, levaria mais de um ano, um ano e meio.

4. Daves disse que o prazo para construção de um programa que se assemelhe ao atual, seria necessário mais ou menos um ano e meio com muito esforço e que é preciso de equipamento e de equipe. Sua avaliação técnica é pela renovação do contrato e paralelo a isso, começar a desenvolver os projetos para o software.

5. O presidente também chamou Carolina Lopes para que ela, que faz parte da comissão de saúde, fale sobre o porquê de renovar o software. Carolina disse que quando da renovação seria necessário verificar a aplicabilidade dele, a nossa necessidade nas Unidades Prisionais e o fato de lidar com o novo, principalmente em um ano pandemia, fato que não pode ser desconsiderado. Disse que percebe que existe uma maior aplicabilidade do software de saúde dentro das Unidades Prisionais, mas que ainda precisa de ajustes, por se tratar de pessoas na execução e que essas pessoas (profissionais de saúde) tem limitações e deficiências quanto ao manuseio do software ou até mesmo de manusear um computador. Em relação ao software disse que existem ferramentas tranquilas que podem nos beneficiar em alguns aspectos, tais como numa comunicação em relação ao judiciário, do planejamento de saúde nas Unidades (incidência maior de x comorbidades, patologias), controle de estoque, controle de medicação que entra e sai. Em resumo, é um sistema bom mas que ainda precisa de ajustes do registro do sistema. Disse também que em relação ao estado, que não tem conhecimento técnico para afirmar se o software utilizado atende as necessidades da Secretaria.

6. O presidente disse ficou claro da importância de se ouvir um técnico da área da equipe saúde que manuseia o software utilizado pelo Estado. De tudo visto até agora, ficou claro da importância do software para o Sistema Prisional, que também ficou claro que não há tempo hábil para desenvolver um software até a renovação. Sendo assim, solicitou que na próxima reunião compareça um técnico da Secretaria de Saúde do Estado para prestar informações sobre o software utilizado e se supre as necessidades de saúde desta Secretaria.

7. O presidente disse que estava vendo a lei que regulamenta o FUPEN e percebeu que ela prevê a nomeação de um técnico em contabilidade ou um contador para prestação de contas do fundo. Sendo assim, o presidente indicou para o posto a servidora Marina Marie Aramaki, onde foi confirmada a indicação pelos demais membros do Conselho Gestor.



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E  
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página: 3 de 4

8. Com relação a compra de carabinas e espingardas, o Coronel disse que tramitou para o DAF a CI com os orçamentos e demais documentos para compra dos citados itens. Em que pese haver ata autorizando o plano de aplicação que determina a compra de armas, carabinas e outros artefatos e que há aprovação do DEPEN quanto ao referido plano de aplicação, a Comissão de Licitação exige ata autorizando a referida compra. Para dar prosseguimento ao processo em tela, o presidente achou por bem ratificar de forma direta a autorização para compra das carabinas e espingardas, conforme consta no plano de aplicação de 2017.

**9. Após a explicação o presidente colocou em votação e por unanimidade, os membros do conselho gestor do fundo penitenciário, aprovaram a deflagração dos procedimentos de compra das carabinas e espingardas, tudo conforme consta na autorização do DEPEN e do plano de aplicação de 2017.**

10. Não havendo nada mais a ser discutido, o Presidente agradeceu e encerrou a reunião. E eu, Cerise Boa Sorte e Silva, Secretária do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário, lavrei a presente ata que após aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros do Conselho.

CRISTIANO BARRETO GUIMARAES  
Presidente

Hélio Matheus de Oliveira Santos  
Membro da Comissão

ANDREA FERNANDA ANDRADE  
Membro da Comissão



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E  
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Página: 4 de 4

LUIZ FERNANDO D AVILA SILVEIRA JUNIOR  
Membro da Comissão

GENALDO FREITAS LIMA  
Membro da Comissão